

**HABEAS CORPUS Nº 534.413 - DF (2019/0172687-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : CARLOS MATHEUS COSTA MANINHO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CARLOS AUGUSTO RODRIGUES XAVIER - DF043949  
CARLOS MATHEUS COSTA MANINHO E OUTRO(S) - DF061213  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : ANDRE LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA (PRESO)  
**IMPETRADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Distrito Federal e Territórios, no julgamento do HC n. 0709725-39.2019.8.07.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, sobrevivendo denúncia pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal (roubo qualificado tentado). A custódia foi convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* originário, o qual foi denegado, em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

*HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. DENUNCIADO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ARTIGO 157, § 2º, INCISO II E § 2º-A, I, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 157, § 2º, II, E § 2º-A, I, CPB. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERÍCULOSIDADE. ORDEM DENEGADA.*

*1. A necessidade de garantia da ordem pública está elencada no artigo 312 do Código de Processo Penal como um dos fundamentos a justificar a prisão preventiva de uma pessoa. E certo que se trata de um conceito jurídico aberto, o que necessita do trabalho da doutrina e da jurisprudência para concretizá-lo da melhor forma, garantindo por um lado os direitos constitucionais dos acusados em geral e, por outro, o interesse da sociedade em manter a tranquilidade social. Nesse diapasão, o conceito ordem pública deve ser interpretado como instrumento de manutenção ou de restabelecimento da*

*tranquilidade do meio social que foi desordenado pela periculosidade do agente, pelo fundado receio de reiteração da prática criminosa, pela gravidade concreta da conduta a ele imputada demonstrada pelo modus operandi de sua ação.*

*2. Não se pode esquecer que crimes graves, cometidos com violência ou grave ameaça em locais públicos, causam severa intranquilidade à população, além de inibir e/ou tolher o exercício de outros direitos por parte das pessoas como, por exemplo, o de ir e vir e o de se relacionar com os outros cidadãos.*

*3. No caso, o paciente, na companhia de seu comparsa, teria entrado em estabelecimento comercial repleto de pessoas no momento dos fatos, grave ameaça consubstanciada no emprego de arma de fogo calibre .38, municiada (a qual teria permanecido apontada para a vítima durante toda a empreitada criminosa), anunciado o assalto, exigido que a atendente abrisse a vitrine onde estavam os aparelhos celulares.*

*4. Destacada também a periculosidade do paciente, cuja folha de antecedentes penais demonstra ter sido condenado como incurso nas sanções do artigo 14 da lei Federal 10.826/03, trânsito em julgado em 13/1/2014.*

*5. Todo esse cenário, como bem definido na decisão combatida, demonstra a gravidade em concreto da ação delitiva desenvolvida pelo paciente, sua periculosidade e a possibilidade de reiteração delitiva, o que causa inequívoca intranquilidade social e perturbação da ordem pública.*

*Ordem denegada.*

No presente *writ*, sustenta o impetrante ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada, porquanto baseada na gravidade abstrata do delito.

Alega que não teriam sido evidenciados indícios de autoria delitiva.

Destaca a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar.

Indeferida a liminar (fls. 136/138) e informações prestadas (fls. 151/153 e 161/214), o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 274/277).

É o relatório.

Decido.

De acordo com os informes trazidos pelo Magistrado singular, verifica-se que foi proferida sentença condenando o paciente às penas de 8 anos, 1 mês e 6 dias de

reclusão, em regime inicial fechado e pagamento de 1200 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II e § 2º-A, I c/c o art. 14, II, tendo sido mantida a custódia cautelar com base em fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão da preventiva.

*In casu*, da leitura da sentença condenatória, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau manteve a custódia cautelar do réu, agregando fundamentos novos ao decreto prisional, consoante se extrai do seguinte trecho do julgado, *in verbis*:

*"O Acusado ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE ALMEIDA encontra-se preso em face do presente processo. Ademais, entendo que os motivos ensejadores da decretação de prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ainda estão presentes, para garantia da ordem pública, haja vista que a liberdade do Acusado implica em perigo para a sociedade, já que o mesmo Acusado envolveu-se em crimes graves, praticados com excesso de ousadia, o que demonstra periculosidade. Aliás, a Corte local vem entendendo que se deve manter a prisão cautelar, em casos como o do Acusado, quando ensina que "1 Não há direito de recorrer em liberdade quando acusado permaneceu sob custódia do Estado durante a instrução criminal, sendo reconhecida na sentença condenatória a responsabilidade pelas graves infrações penais cometidas" (20070020106167HBC, Relator GEORGE LOPES LEITE, 1ª Turma Criminal, julgado em 24/09/2007, DJ 24/10/2007 p. 111). [Grifei]." (fl. 209)*

Nesse contexto, verifica-se que, diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente da sentença condenatória proferida em desfavor do ora recorrente, fica superada a alegação trazida na impetração que ataca os fundamentos na manutenção da prisão preventiva por ocasião do decreto preventivo.

Ademais, conforme sedimentado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os fundamentos acrescidos ao novo título adotado para justificar a custódia cautelar, devem ser submetidos à análise do Tribunal de origem antes de serem aqui apreciados, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

No mesmo sentido é a jurisprudência deste Tribunal:

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO**

**PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA. NOVOS FUNDAMENTOS. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTOS NÃO ENFRENTADOS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.**

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.

3. Caso em que o Juízo sentenciante, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, inovou nos fundamentos para manter a prisão cautelar, referindo-se a supostas práticas delitivas ocorridas posteriormente ao fato praticado nos autos.

4. Conforme precedente desta Quinta Turma, "a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014).

5. Habeas corpus não conhecido (HC 345.071/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a

*manutenção da segregação cautelar do paciente.*

*Habeas corpus não conhecido* (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 18/05/2015).

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, no ponto em que alega ausência de fundamentação da custódia, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Por fim, é certa a inadmissibilidade do enfrentamento da tese relativa à negativa de autoria na via estreita do *habeas corpus*, ante a necessária incursão probatória, incompatível com o rito sumário do *mandamus*. Tal análise deve ser realizada pelo Juízo competente para a instrução e julgamento da causa, que, no caso dos autos, considerando suficientes os elementos probatórios contidos nos autos, proferiu sentença condenatória contra o paciente.

A propósito:

***RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. NEGATIVA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA.***

*1. Não há falar em ilegitimidade da prisão preventiva, uma vez que foi mantida a bem da ordem pública, ante o contexto que permeou os atos delituosos (recepção de parte do material subtraído no roubo de empresa de segurança e vigilância, cometido em concurso de agentes, com uso de arma de fogo e restrição de liberdade das vítimas) e o fato de o recorrente ser reincidente, possuindo contra si uma sentença condenatória por crime de homicídio, além de possuir outras anotações criminais.*

*2. Esta via não é a própria para discutir o envolvimento ou não do ora recorrente no delito que lhe é imputado. A análise de tal matéria é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, na espécie, aconteceu.*

*3. Por ora, não há falar em excesso de prazo para encerramento da instrução criminal. Trata-se de feito complexo que envolve quatro denunciados, no qual foram apresentados inúmeros pedidos de revogação da prisão. A noticiada audiência de instrução designada para 7/12/2016, ocorreu, houve a inquirição de três vítimas, de uma testemunha de acusação/defesa e de duas testemunhas de defesa. Foi ainda marcado o dia 1º/2/2016 para oitiva de três*

*testemunhas e interrogatório de um dos réus. Aguarda-se, agora, o cumprimento da carta precatória expedida para a comarca de Muriaé/MG, cuja audiência de interrogatório dos réus foi designada para o dia 16/3/2017.*

4. *Recurso em habeas corpus improvido (RHC 77.573/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 23/03/2017)*

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU QUE JÁ RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAIS. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. RECURSO IMPROVIDO.**

**1. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.**

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada por dados de sua vida pregressa, notadamente por responder a outros dois processos criminais por delitos de roubo majorado e porte de arma de fogo. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para conter a reiteração na prática de crimes e garantir a ordem pública.

4. *Recurso improvido (RHC 79.318/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 10/02/2017).*

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator